

O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional

Enrique Serra Padrós/UFRGS

Resumo: O presente texto visa realizar uma aproximação à história recente paraguaia a partir da análise da ditadura Stroessner, sua dinâmica interna e sua inserção no contexto latino-americano da Guerra Fria. Para tanto, procura avaliar a constituição do processo autoritário paraguaio entre os anos 50 e 80 destacando o projeto político-econômico. Aponta-se para o relacionamento da ditadura Stroessner com outras que se estabelecem no Cone Sul, desde 1964, destacando os aspectos ideológico-doutrinários, o enquadramento repressivo e a vinculação com os Estados Unidos (EUA) assim como a aproximação com a ditadura brasileira. A coerção política, a corrupção e o enriquecimento ilícito da cúpula no poder, a cumplicidade do Partido Colorado e um feroz sistema repressivo policial acabam sendo marcas da especificidade repressiva paraguaia no Cone Sul da Segurança Nacional.

Palavras Chaves: Paraguai, Ditadura Stroessner, Arquivos do Terror

Especificidades do caso paraguaio

O caso paraguaio tem muitas semelhanças com as experiências de ditaduras de segurança nacional que marcaram o Cone Sul, em décadas recentes; entretanto, apresenta também, especificidades que precisam ser apreendidas para sua correta inserção no mosaico regional do período da Guerra Fria.

Uma primeira singularidade refere-se ao fato de que o golpe que leva Stroessner ao poder ocorreu em maio de 1954, ou seja, em uma conjuntura prematura se formos pensar em termos de concatenação com os golpes que, no Cone Sul, impuseram as ditaduras de segurança nacional no transcorrer dos anos 60 e 70. De qualquer forma, não podemos esquecer que essa conjuntura da primeira metade dos anos 50 é marcada por fortes movimentos de direita que concluem em golpes e intervenções, como no caso do fim da Revolução Boliviana (1952), da violenta interrupção do programa de reformas que vinha sendo aplicado na Guatemala de Jacob Arbenz (1954) (com particular participação dos Estados Unidos e da empresa multinacional *United Fruit*) assim como dos golpes que forçaram a saída de Getúlio Vargas, no Brasil (1954) e de Juan Domingo Perón, na Argentina (1955). Portanto, colocada nessa perspectiva, a ascensão de Stroessner no Paraguai, independente das questões específicas da política interna do país, está emoldurado por uma dinâmica de instabilidade que se projeta sobre a região, particularmente pelas pressões dos interesses dos EUA assim como pela disputa de influência entre Argentina e Brasil (envolvendo fatores econômicos – agrícolas e industriais, como processamento de algodão ou de sementes oleaginosas, e frigoríficos - e geopolíticos). Não foi fortuito que, nos momentos

2

de gestação do golpe, Stroessner se reuniu em Lima com representantes do Comando Estratégico no Caribe e que, um mês após tomar o poder, firmasse um pacto secreto com representantes dos EUA e do Brasil, sob os auspícios da embaixada dos EUA, alijando a Argentina.

Paradoxalmente, o golpe que derrubou o ditador do poder ocorreu somente em fevereiro de 1989, o que de por si assinala uma outra característica da experiência autoritária paraguaia, a longa duração dessa administração que, inegavelmente, independente de outras características mais concretas, apresenta traços especiais de administração personalista e caudilhesca. O fim dessa administração ocorre quando todos os países da região, com exceção do Chile de Pinochet, já se encontravam em um estágio mais avançado de transição democrática. Nesse sentido, trata-se de um período discricionário que durou 35 anos e que afetou várias gerações de cidadãos, simultaneamente e sucessivamente.

Uma segunda particularidade implica em reconhecer que a chegada de Stroessner ao poder difere da perspectiva de uma reação abrupta ou de evolução pontual de determinada conjuntura, como se pode considerar em relação aos casos do Uruguai e do Chile, nos anos 70. Da mesma forma, ela não interrompe uma continuidade democrática e constitucional parte de uma cultura política republicana e respeitosa de liberdades consolidadas. Ao contrário disso, a experiência política paraguaia mostra, por longos períodos, a presença de governos fortes onde o autoritarismo e a inconstitucionalidade pautam a relação deles com a sociedade civil. Por isso, pode-se afirmar que a ditadura de Stroessner deu prosseguimento a uma dinâmica política marcada por regimes autoritários. Efetivamente, a história do Paraguai está pautada por uma longa sucessão de governos autoritários e militaristas. O imobilismo e a aversão por reformas de cunho modernizadoras e participativas foram marca registrada do regime desse longo regime. A falta de densidade política global ajuda a entender as dificuldades de toda e qualquer oposição ao tentar se pronunciar como alternativa ou ao sinalizar saídas que acabam, muitas vezes, contaminadas pelas vicissitudes decorrentes dessa ausência de cultura democrática, o que redundou em uma democracia de baixa qualidade e ciclicamente questionada no período de transição pós-Stroessner.

Uma terceira característica do governo Stroessner é que, embora tenha, gradativamente, incorporado as premissas centrais da Doutrina de Segurança Nacional e seus métodos repressivos (como as ditaduras vizinhas), manteve, permanentemente, a determinação de aparentar a existência de uma fachada democrática e institucional. A tentativa de convencer a

3

opinião pública internacional da legalidade da estabilidade institucional do país implicou na manutenção totalmente controlada dos poderes do Estado e na convocação rotineira de eleições que, sistematicamente e sob acintosa forma fraudulenta, confirmaram, sempre, expressivos resultados eleitorais favoráveis ao Partido Colorado e a seu eterno candidato à reeleição, o próprio general Alfredo Stroessner. Na prática, existiu uma enorme rede de leis e instituições apoiadas pela força bruta para direcionar o voto do cidadão comum. A máquina stronista controlava a entrega dos títulos de eleitor, a recepção dos votantes junto às mesas eleitorais, a contagem das cédulas, a supervisão parcial e global do processo eleitoral, etc. Todo o esforço era direcionado para a escolha dos candidatos do Partido Colorado, a estrutura partidária de sustentação do regime e correia de transmissão de mecanismos de cooptação política, reprodução de quadros e marco visível da constituição de uma fictícia liberdade política de atuação e fachada “democrática” do regime.

Traços gerais da evolução do regime

No final dos anos 50, um grupo de militantes *colorados* descontentes com o personalismo de Stroessner, organizou o *Movimiento Popular Colorado* (MOPOCO). O questionamento dentro do mesmo partido, combinado com uma conjuntura de inflação, deterioração social e repressão nas ruas, levou Stroessner a abandonar a fachada constitucionalista da administração e fechou o Congresso, exilou centenas de opositores e impôs, de novo, o estado de sítio. Impactada pela influência da Revolução Cubana, a sociedade paraguaia começa a reagir e novas organizações de oposição vão se multiplicando, inclusive com o surgimento de organizações armadas, algumas com suporte camponês, como a Frente Unida de Libertação Nacional (FULNA) e sua coluna *Yororó* e o Movimento 14 de Maio, todos duramente reprimidos. Desde setores mais moderados também se pressionou o governo. Foi o que ocorreu com manifestações que desde o exílio ou da clandestinidade faziam chegar os partidos Liberal e *Febrerista* y o Movimento Social Cristão Democrático. Contra todas essas forças se desencadeou violenta onda repressiva que atingiu, também, os estudantes e suas organizações e o Partido Comunista, bastante fragilizado por questionamentos internos e de outros setores da esquerda diante da ineficiência em amalgamar o movimento operário com a luta camponesa e o movimento estudantil.

No início dos anos 60, após avaliação do quadro de descontentamentos existentes no país e em sintonia com as orientações da Aliança para o Progresso, Stroessner apresentou a

4

campanha de “Segunda Reconstrução Nacional”. Seu objetivo era preciso: distender as zonas rurais, deslocar populações de áreas de tensão em regiões de grandes proprietários aliados do governo, desorganizar o campesinato militante com a proposta de um esboço de reforma agrária, fomentar o surgimento de um pequeno grupo de pequenos proprietários que conformassem uma estrutura política contra-revolucionária. Em poucos anos foram criadas umas duzentas colônias agrícolas em áreas inóspitas e sem infra-estrutura; paralelamente, os grandes proprietários, donos dessas terras, fizeram bons negócios ao vendê-las por preços superfaturados. A maior parte das colônias faliram em situações dramáticas.

Outro aspecto da divulgada reconstrução nacional foi uma série de concessões ao capital estrangeiro nas áreas de produção pecuária, agrícola e petroleira alterando, inclusive, o estatuto de não vender terras a estrangeiros na zona de fronteira seca (historicamente medo da penetração brasileira).

No plano internacional, a ditadura se associa aos EUA na intervenção contra a República Dominicana, em 1965. Desde a ascensão autoritária no Brasil, o Paraguai começa a alinhar-se dentro de uma perspectiva regional na qual o anticomunismo genérico se projeta com vigor no continente cercando, inclusive, as comunidades exiladas em países vizinhos. Em relação a isto se deve apontar para um forte núcleo paraguaio na Argentina e no Uruguai, países onde há uma intensa vida política e a experiência de uma convivência latino-americana com a população local e com as comunidades exiladas de outros países.

No final dos anos 60, a Igreja começa a ganhar maior protagonismo ao acolher as denúncias de arbitrariedades cometidas contra a população do campo e os movimentos sociais urbanos. Uma consciência de direitos humanos passa a ganhar corpo diante das ondas repressivas originadas desde a cúpula do poder. Organizações católicas também estavam interditas quanto à participação política; era o caso do Partido Democrata Cristão, da Central Cristã de Trabalhadores e das Ligas Agrárias. Paralelamente, as orientações do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), sob o guarda-chuva do Concílio Vaticano II, funcionavam como forças propulsoras da divulgação do mal-estar vivido no interior de um país sobre o qual pouco se sabia fora das suas fronteiras. As denúncias sobre a existência de presos políticos e as condições de reclusão eram repercutidas através de uma latino-americana rede de solidária que pouco a pouco se consolidava. Como resultado deste novo protagonismo, o conflito entre tais setores e o regime foi se intensificando. Censura, advertências e ameaças começaram a recair sobre os quadros religiosos mais engajados. O

5

pedido de anistia geral passou a ser esgrimido com maior intensidade. Entretanto, a resposta da ditadura foi maior repressão contra os trabalhadores do campo e as Ligas Agrárias. A combinação de terror e repressão preventiva assinalaram o conteúdo de classe do regime, cada vez mais arbitrário posicionado em termos de ser garantia dos interesses de determinados grupos econômicos. Na virada para os anos 70, a corrupção, os privilégios, o imobilismo político, a irrupção dos narco-negócios e um acentuado quadro repressivo eram as características mais evidentes de uma ditadura que incorporava, cada vez mais, as orientações da Doutrina de Segurança Nacional, adequando-se, rapidamente, aos novos ventos que se consolidavam na região.

Os anos 70 foram marcados pela crescente vinculação ao Brasil. Itaipu foi o carro-chefe do processo de integração subordinada em gestação. O tratado consagrado em 1973, dava seguimento a uma negociação inicial realizada em 1964, sobre o uso conjunto das quedas do Guairá. A confirmação de Itaipu alijou a Argentina de uma disputa sobre as águas comuns com o Paraguai. Cabe lembrar que, no período, Argentina e Brasil disputavam com muita intensidade a denominada “Geopolítica da Bacia do Prata”. Como desdobramento dessa tendência, o Brasil implantou bancos, companhias de seguro, indústrias e outros empreendimentos que servissem para a infra-estrutura demandada pela colossal construção. Em todo caso, tais investimentos, acabaram servindo de base de pressão e consolidação para a influência do Brasil junto aos setores dominantes paraguaios. Para o regime, os acordos alcançados com o Brasil lhe deram suporte interno e um certo protagonismo modernizador diante das dimensões da construção da usina.

Mesmo assim, os conflitos internos não desapareceram. Em 1976, por exemplo, a feroz atuação das forças armadas, assessoradas pelo Departamento de Investigações e pela Direção de Assuntos Técnicos permitiu destruir o importante foco de oposição da Organização Político Militar (OPM), executando muitos quadros e prendendo centenas de integrantes. A persistência repressiva acabou se transformando, porém, em um dos principais problemas internacionais que a ditadura teve de enfrentar nesse período. A segunda metade dos anos 70 esteve marcada pelo distanciamento relativo da administração dos EUA. O governo Carter, crítico em relação à violência contra os direitos humanos, um dos eixos da sua política externa e orientação central nas relações com o Cone Sul, produziu um distanciamento de políticos críticos ao regime stonista, mas que, de certa forma, lhe davam legitimidade (caso do grupo ao qual era vinculado o deputado Domingo Laíno). Diante do crescimento interno da

6

oposição, ecoando a pressão externa pela abertura política, o regime responde com o fechamento da rádio *Ñanduti* e do jornal *ABC color*. De qualquer forma, é nesse período que o regime de Stroessner ganha maior evidência regional, particularmente no que diz respeito ao peso que detém na estruturação da conexão repressiva da Operação Condor.

Os anos 80, embora o quadro de distensão relativa vivida na região, encontram o Paraguai em uma espécie de limbo político, como se pudesse continuar autarquicamente, no meio de uma região onde as mobilizações sociais acuavam os setores que historicamente se haviam escudado detrás dos regimes ditatoriais. O clima interno de medo e repressão permanecia. Havia paraguaios proibidos de voltar ao país; outros eram expulsos; outros, não podiam sair. Entretanto, de certa forma, começa a ser visível o desgaste de um regime que não consegue mais dar respostas diversionistas ou manter a eficiência dos mecanismos tradicionais de administração e controle. A crise do stronismo começava a definir-se como definitiva; o crescimento de questionamento, tanto nos setores políticos e sociais de dominação quanto, evidentemente, de oposição, mostraram-se irreversíveis.

A dinamização econômica advinda dos anos 70 formou novos setores empresariais, os quais passaram a procurar formas de melhor inserção internacional. Associados ao capital estrangeiro, não tinham a mesma relação de subordinação em relação ao regime como ocorrera com as gerações anteriores, de certa forma, tributárias pela segurança que lhes garantia o regime. As pressões por abertura política, fomentadas pela opinião pública internacional, em um quadro geral de aberturas políticas, impeliu aqueles empresários a apoiarem saídas confiáveis que permitissem desvencilhar-se do incômodo fardo stronista.

Por outro lado, a expansão econômica estimulava o crescimento da classe trabalhadora e de suas organizações, colocando outra dinâmica para dirimir conflitos e marcando distância das velhas práticas repressivas. Fator especial de tensão constituiu a entrada de empresas brasileiras na área de fronteira, importando dezenas de milhares de trabalhadores brasileiros (que se somaram à presença dos *brasiguaios*, remanescentes da construção de Itaipu). Tal processo produziu, conseqüentemente, o deslocamento massivo de camponeses paraguaios e, em decorrência, produziu sua proletarização forçada ou sua transformação em trabalhadores sem-terra.

Derivadas dessas questões, o regime se isola gradualmente. O desgaste atinge setores historicamente vinculados ao regime; setores médios, civis e militares, começam a mostrar desconformidade com a persistência de uma liderança cujo questionamento coloca em risco a

7

própria estabilidade das estruturas de dominação. A segunda metade dos anos 80 é assinalada pela necessidade de encontrar uma saída que permita desvencilhar-se de Stroessner e o grupo mais próximo ao seu entorno, preservando o controle do país, por parte dos setores que, historicamente, interagiram com a ditadura. O desfecho do regime mostra essas contradições, ambigüidades e disputas internas. Stroessner cairá, porém, o stronismo permanecerá e com ele, as mazelas que caracterizaram suas quase quatro décadas de domínio: corrupção, autoritarismo, negócios ilícitos, impunidade, violência estatal e medo.

Os arquivos do terror

Um capítulo específico da história recente paraguaia está relacionado com a descoberta dos arquivos da polícia (Arquivo do Horror), em 1992. Tal fato permitiu verificar as conexões comprometedoras entre os países do Cone Sul no grande esquema repressivo denominado Operação Condor.

No final de 1992, no Paraguai, o professor e ex-presos político Martín Almada, acompanhado de representantes do Poder Judiciário, encontrou em Lambaré, subúrbio de Assunção, um enorme arquivo policial com documentação sobre a repressão durante a ditadura Stroessner, assim como informações a respeito das outras ditaduras do Cone Sul e da cooperação norte-americana com as mesmas. O arquivo possui cerca de 700 mil folhas referentes à atuação da ditadura Stroessner, 740 livros encadernados e classificados, 115 livros de *Novedades de Guardia*, 204 caixas de papelão com documentos diversos, 574 pastas (com informações sobre partidos políticos, sindicatos, mapas, controles), duas mil carteiras de identidade e passaportes, umas 10 mil fotografias (de detidos, atos políticos, acontecimentos familiares, perseguições) e 543 fitas cassetes com gravações de palestras, conferências, discursos, programas de rádio e “escutas” grampeadas.

Desde que esses arquivos se tornaram públicos, a documentação ali contida tem permitido desdobramentos essenciais para o que diz respeito à recuperação de informações sobre eventos ocorridos na região assim como se tornaram fatores a disposição de fundamentos pedagógicos quanto ao caráter conscientizador que sua divulgação desencadeia.

Diversos autores que se debruçaram sobre essa documentação têm ressaltado a importância dessa documentação e de como o seu acesso público, constitui fundamental contribuição cidadã para as sociedades que foram vítimas da lógica que produziram os fatos ali registrados. Um primeiro aspecto a destacar é o valor deste arquivo no sentido jurídico.

8

Processos judiciais há muito tempo paralisados, foram destravados e inúmeros repressores acabaram presos ou tiveram que se refugiar em outros países (caso do próprio Stroessner, asilado no Brasil até a sua morte, em 2006). No plano internacional, os “Arquivos do Terror” serviram de suporte documental a inúmeros júízos realizados contra repressores argentinos e chilenos pela participação no desaparecimento de pessoas no contexto da Operação Condor. Por outro lado, para centenas de paraguaios vítimas da polícia stronista, estes arquivos se constituíram em uma possibilidade real de documentar sua detenção e os anos derivados da mesma. Em segundo lugar, há o valor histórico dos mesmos. Eles registram décadas de história oculta do Paraguai autoritário, aquela parte da ação administrativa que a história e o discurso oficial não assumem, não divulgam (as orientações doutrinárias, a metodologia repressiva, a hierarquização e responsabilidade concreta das autoridades, etc.). Em terceiro lugar, há o aspecto político de tal descoberta e utilização. Inegavelmente, há um impacto político que gera indignação, exigência de explicações, demanda de justiça e, conseqüentemente, maior consciência sobre o passado recente e sobre as carências que devem ser supridas para que tais eventos possam ser combatidos no futuro – o que implica em refletir sobre o caráter da democracia, do funcionamento da justiça, dos direitos cidadãos. Do ponto de vista documental e técnico, o arquivo se mostrou fundamental para avançar o conhecimento e as pesquisas sobre o funcionamento e as dimensões complexas do Operativo Condor. Finalmente, em quinto lugar, há o aspecto pedagógico, representado e explícito nas posições defendidas, já há algum tempo, pela organização *Arquivistas sem Fronteiras*, ou seja, a necessidade de dar um tratamento diferenciado para os arquivos repressivos, particularmente reconhecer a sua unicidade e a urgência que eles simbolizam quanto à possibilidade dos indivíduos poderem utilizá-los para exigir indenizações outras demandas cabíveis; é a simbologia do efeito *bumerangue*, ou seja, tendo sido feitos para reprimir cidadãos, tais documentos, agora, podem servir para mostrar sua inocência e que foram vítimas de uma determinada lógica repressiva. Tal reconhecimento é especialmente fundamentado quando sabemos da ainda ausência de boa parte dos arquivos repressivos da região, o que é, relativamente minimizado, pela existência dos arquivos do Condor, no Paraguai.

Reflexões Finais

9

Entre 1954 e 1989, o general Alfredo Stroessner governou o Paraguai através de uma das ditaduras mais brutais que já sofreu a América Latina. Durante a mesma, dezenas de milhares de paraguaios foram detidos e deportados ou empurrados para o exílio (perto de 1/3 da população, segundo organizações de direitos humanos). Números imprecisos indicam que alguns milhares de cidadãos podem ter sido assassinados pelo regime.

Apoiado no governo, no Exército e no Partido Colorado e utilizando por longos períodos o recurso do estado de sítio, o discurso anticomunista do ditador, tão útil durante a Guerra Fria, encobriu negócios espúrios vinculados à corrupção, ao tráfico de armas e de drogas, roubo de automóveis e contrabando de produtos eletrônicos.

Utilizando uma fachada eleitoral de cartas marcadas e diante de uma oposição brutalmente impedida de manifestar-se Stroessner acumulou reeleições ilegais. A longevidade do seu regime repressivo fez com que várias gerações de paraguaios sofressem a violência estatal. Organizações camponesas, intelectuais, partidos políticos de oposição e até esporádicos focos guerrilheiros foram esmagados inapelavelmente. O abandono das garantias individuais foi acompanhado da militarização das estruturas policiais e de controle da sociedade. Uma espécie de exílio interno tomou conta de importantes contingentes populacionais que foram segregados diante da desconfiança e da falta de solidariedade de uma sociedade profundamente marcada pelo medo frente à violência estatal.

No começo dos anos 70, houve importante fluxo de dólares originados da exportação de algodão e de soja além dos capitais derivados da construção da gigantesca represa hidroelétrica de Itaipu, construída em sociedade com o Brasil. Aliás, a ditadura brasileira, em geral, emprestou importante apoio à ditadura de Stroessner.

Ainda nos anos 70, a ditadura de Stroessner participou da Operação Condor, a coordenação repressiva integrada pelas ditaduras da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Uruguai (e apoiada pelos EUA), que tinha como objetivo a eliminação de opositores políticos e o intercâmbio de informação. Em território paraguaio foram seqüestrados e desaparecidos diversos cidadãos platinos assim como unidades paraguaias agiram em território argentino e boliviano.

Finalmente, após ser derrubado do poder, em 1989, Stroessner conseguiu asilo político no Brasil, onde viveu os últimos 17 anos. Morreu longe da justiça do seu país. Os inúmeros crimes cometidos contra os direitos humanos e contra o patrimônio do povo paraguaio

10

acabaram esquecidos. O ditador Stroessner acabou seus últimos dias envolvido pelo manto da impunidade e protegido num verdadeiro “asilo dourado”.

Bibliografia

BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. **Es mi informe. Los Archivos Secretos de la Policía de Stroessner**. Asunción: Servilibros, 2006.

BOCCIA PAZ, Alfredo; PALAU, Rosa; SALERNO, Osvaldo. **Paraguay: Los Archivos del Terror**. Asunción: Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, 2007.

CALLONI, Stella. **Operación Cóndor: los años del lobo**. Buenos Aires: Peña Lillo, 1999.

DÍAZ DE ARCE, Omar. O Paraguai contemporâneo (1925-1975). IN: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

LEWIS, Paul H. **Paraguay bajo Stroessner**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MARIANO, Nilson C. **Operación Cóndor. Terrorismo de Estado en el Cono Sur**. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

MIRANDA, Anibal. **Stroessner**. Asunción: Ediciones Última Hora, 2004.